INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNILAB

Francisco Marcio Morais De Oliveira [1]
Geranilde Costa E Silva[2]

RESUMO

Essa pesquisa acontece dentro de um cenário em que, nos últimos anos, a educação tem avançado significativamente, especialmente no que diz respeito à inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD). Esse tema tem gerado intensos debates e investigações acadêmicas, consolidando-se como uma questão prioritária nas políticas públicas educacionais. Muitas são as iniciativas governamentais e meios legais que buscam a garantia da inclusão de PcD no âmbito educacional.Uma das leis brasileiras voltadas à inclusão é a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, Lei nº 13.146/2015, que garante os direitos das pessoas com deficiência e promove sua inclusão social. Ela é também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Documentos como a Declaração de Salamanca, LBI e LDB nº 9394/96 desempenharam um papel fundamental ao orientar políticas e práticas que asseguram o acesso e a permanência desses estudantes nas universidades.O ensino superior é um espaço privilegiado de formação crítica e de preparação para o mercado de trabalho, o que torna a inclusão plena de PcD não apenas uma questão de direito, mas também um imperativo para o desenvolvimento social e econômico do país.Diante da importância de se debater sobre a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional e, na condição de egresso da UNILAB e agora aluno do mestrado, é que me interessei em pesquisar sobre a presença de Pessoas com Deficiência na UNILAB. Essa pesquisa é orientada por uma abordagem quali-quantitativa que objetiva investigar o processo de inclusão de estudantes PcD na UNILAB, abordando os desafios enfrentados e a aplicação da Política de Inclusão e Acessibilidade na universidade.Para a realização da pesquisa, foi elaborado um questionário com perguntas objetivas e relevantes sobre o tema, além da realização de uma entrevista. A pesquisa tem como público-alvo quatro alunos que fazem parte do ICEN – Instituto de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade. A escolha desses participantes se justifica pela necessidade de dar voz àqueles que vivenciam diretamente as dinâmicas de inclusão e acessibilidade na UNILAB.As análises que serão apresentadas neste estudo resultarão em dados coletados por meio de questionário e entrevista elaborada pelo autor, com o objetivo de compreender o perfil dos PcD em atividade na universidade, bem como as práticas inclusivas direcionadas a esse público na instituição. A apresentação dos dados buscará oferecer uma análise detalhada e organizada, contribuindo para uma compreensão mais ampla do perfil dos estudantes PcD e das condições que permeiam suas experiências na UNILAB, o que servirá de base para a construção do produto didático desta dissertação.

Palavras-chave: Unilab; Estudante; Deficiência; Inclusão.

UNILAB, Palmares, Discente, marciomorais972@gmail.com[1]
UNILAB, Palmares, Docente, geranildeconsta@unilab.edu.br[2]

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação tem apresentado avanços significativos na área da inclusão, principalmente no que se refere à integração de Pessoas com Deficiência (PcD) nos diferentes níveis de ensino. Esse tema tem ganhado destaque em debates e pesquisas acadêmicas, consolidando-se como prioridade nas políticas públicas educacionais. Um marco internacional relevante foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, em 1994, que resultou na Declaração de Salamanca. Este documento defendeu a inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais no ensino regular, propondo uma pedagogia centrada na diversidade e no respeito às diferenças. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) representou um passo fundamental, ao estabelecer a inserção de PcD no sistema regular de ensino, com recursos, adaptações curriculares e formação docente que assegurem o pleno desenvolvimento das potencialidades desses estudantes.

No ensino superior brasileiro, os dados evidenciam avanços, mas ainda mostram desafios. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2023, as matrículas de PcD representaram 0,9% do total, correspondendo a 92.756 estudantes, um crescimento significativo em relação a anos anteriores. Em 2022, o número era de 79.262, e em 2021, 70.855. Esse aumento de 21.901 matrículas entre 2021 e 2023 revela avanços nas políticas de acesso, mas os números ainda são pouco expressivos quando comparados ao total geral de matrículas. Além disso, não há dados referentes à permanência e conclusão desses estudantes nos cursos, o que evidencia uma lacuna importante na efetividade das políticas inclusivas. Esse cenário destaca a necessidade de ações voltadas não apenas ao ingresso, mas também à permanência desses alunos.

Diversos documentos legais foram fundamentais para consolidar direitos e promover a inclusão no ensino superior. O Decreto nº 6.949/2009 incorporou à legislação brasileira a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), reafirmando o compromisso do Brasil com a eliminação de barreiras e a igualdade de oportunidades. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) também garantiu o direito de acesso à educação superior em igualdade de condições, estabelecendo que as instituições devem adotar políticas de inclusão. Entre os programas e ações voltados a esse público, destacam-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2005, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que enfatiza a importância da acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional, garantindo participação ativa e desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Apesar disso, ainda há muitos desafios relacionados à infraestrutura e à formação de profissionais para atender esse público de forma adequada.

No contexto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), iniciativas importantes têm sido desenvolvidas. Em 2021, foi aprovada a Política de Inclusão e Acessibilidade e criado o Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIADI), que visa fortalecer as ações de inclusão na instituição. Apesar desses avanços, ainda existem barreiras pedagógicas e estruturais a serem superadas, especialmente diante da crescente demanda por políticas efetivas de acesso e permanência. Esse cenário reforça a necessidade de pesquisas que investiguem como se dá a inclusão de PcD na UNILAB, considerando tanto os progressos alcançados quanto os desafios enfrentados pelos estudantes no cotidiano universitário.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo investigar a inclusão de estudantes PcD na UNILAB, adotando uma abordagem quantitativa e estudo de caso, por meio da aplicação de entrevistas e questionários com os alunos com deficiência da instituição. O estudo busca compreender como as políticas inclusivas têm sido implementadas e quais estratégias podem ser adotadas para promover um ambiente acadêmico mais

ISSN: 2447-6161

acessível e equitativo. Além de contribuir para a produção científica na área, a pesquisa pretende subsidiar a formulação de políticas públicas e institucionais que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos por estudantes com deficiência, fortalecendo a democratização do ensino superior e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

METODOLOGIA

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso como método de investigação por possibilitar uma análise aprofundada das experiências e desafios enfrentados por estudantes com deficiência no ensino superior. A pesquisa será realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção-CE, com o objetivo de compreender como os/as estudantes vivenciam as políticas de acessibilidade e inclusão, considerando que, apesar dos avanços legais e institucionais, ainda persistem barreiras que dificultam a plena participação desse público.

O público-alvo será composto por quatro estudantes com deficiência, vinculados ao Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), sendo dois do curso de Ciências Biológicas, um do curso de Física e um do curso de Química. Os participantes apresentam diferentes tipos de deficiência, como surdez, monocularidade e autismo. A escolha foi intencional, visando dar voz aos sujeitos que vivenciam diretamente os desafios relacionados à inclusão e acessibilidade na UNILAB, além de representar diferentes experiências acadêmicas.

A coleta de dados será realizada por meio de questionários e entrevistas individuais, permitindo identificar percepções, desafios e expectativas desses estudantes em relação à acessibilidade, permanência e inclusão no ambiente universitário. Todos os participantes assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a participação voluntária e ética. Essa metodologia possibilitará compreender a realidade vivida pelos estudantes e oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas institucionais voltadas a uma educação superior mais inclusiva e equitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo histórico vivenciado pelas pessoas com deficiência, tanto no Brasil quanto no Ceará, foi marcado por exclusão, segregação e práticas assistencialistas. Historicamente, esses indivíduos eram vistos como incapazes e, por isso, isolados em instituições como manicômios e asilos (SANTOS; TELES, 2012). Esse cenário começou a se modificar com movimentos sociais e legislações que passaram a reconhecer os direitos das pessoas com deficiência, sendo a Declaração de Salamanca (1994) um marco internacional na defesa da educação inclusiva. A partir desse documento, foi reforçada a necessidade de inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, promovendo a equidade e a qualidade educacional para todos.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 foi decisiva para assegurar direitos educacionais às pessoas com deficiência, estabelecendo a igualdade de condições para acesso e permanência na escola (Art. 206, inciso I) e o dever do Estado de garantir atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular (Art. 208, inciso III). A partir da década de 1990, reformas significativas foram implementadas, culminando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, que consolidou a educação inclusiva como política pública, estabelecendo que a educação especial deveria ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino. Esse avanço possibilitou a adaptação curricular, uso de recursos pedagógicos acessíveis e apoio profissional especializado, marcando a transição de um modelo segregacionista para uma perspectiva inclusiva.

ISSN: 2447-6161

No Ceará, a trajetória da educação especial seguiu inicialmente um modelo assistencialista, com ações isoladas voltadas a pessoas com deficiência. Na década de 1960, surgiram associações como a APAE, que, apesar de representarem avanços, reforçavam a segregação por meio de classes especiais. A partir dos anos 1980, com a mobilização social e o fortalecimento das políticas públicas, houve mudanças significativas, principalmente após a Constituição Estadual de 1989, que reafirmou os princípios de inclusão previstos na Constituição Federal. A Resolução CEE nº 456/2016 consolidou a educação especial como modalidade transversal, integrada à educação regular, garantindo Atendimento Educacional Especializado (AEE) desde a educação infantil. Esses resultados apontam para um processo contínuo de transformação, onde a inclusão deixou de ser apenas uma meta e passou a ser uma obrigação legal e social.

No âmbito da educação superior, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) destacou-se com a criação da Política de Inclusão e Acessibilidade, instituída pela Resolução CONSUNI nº 55/2021. Essa política estabelece diretrizes para eliminar barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais e informacionais, visando garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência. Um dos principais avanços foi a criação do Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIADI), responsável por promover ações como adaptações curriculares, disponibilização de materiais acessíveis, acompanhamento pedagógico individualizado e suporte por profissionais especializados, como intérpretes de Libras e professores de apoio.

Por fim, destaca-se a parceria entre a UNILAB e a Secretaria Municipal da Educação de Redenção, firmada em 2024, que ampliou os serviços voltados ao atendimento de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual. Essa parceria reforça o compromisso institucional com a inclusão, promovendo atendimento especializado e integrando ações de educação, cultura e saúde. Os resultados evidenciam que a efetivação da inclusão no ensino superior depende de políticas institucionais robustas, acompanhamento contínuo e participação ativa da comunidade acadêmica. A análise revela avanços significativos, mas também aponta para desafios persistentes, como a necessidade de ampliação de recursos humanos, acessibilidade física e pedagógica, além de mudanças culturais que fortaleçam uma universidade verdadeiramente inclusiva.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa, ainda em andamento, tem como objetivo compreender como se dá o processo de inclusão de estudantes com deficiência na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com foco na análise das condições de acessibilidade, permanência e participação acadêmica desses sujeitos. Por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso, pretende-se dar voz aos estudantes que vivenciam, no cotidiano, os desafios e avanços relacionados às políticas institucionais de inclusão.

Os resultados parciais já apontam que, apesar dos avanços legais e institucionais, como a criação da Política de Inclusão e Acessibilidade da UNILAB e do Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIADI), ainda existem barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais que dificultam a plena integração desses estudantes ao ambiente universitário. A parceria firmada recentemente entre a UNILAB e a Secretaria Municipal de Educação de Redenção também demonstra um compromisso com a ampliação dos serviços de apoio, reforçando a importância da cooperação entre instituições para promover a inclusão.

Com a conclusão deste trabalho, espera-se apresentar uma análise detalhada que contribua para o fortalecimento das políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência no ensino superior. A intenção é que os dados coletados e analisados possam subsidiar melhorias nas práticas institucionais, garantindo não

ISSN: 2447-6161

apenas o ingresso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. Assim, este estudo busca colaborar para a construção de uma universidade mais justa, acessível e inclusiva, que valorize a diversidade e promova a equidade no processo educacional.

AGRADECIMENTOS

UNILAB-IFCE

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Apresentação Censo da Educação Superior 2022. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Apresentação Censo da Educação Superior 2023. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023 Acesso em: 27 julho. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 jan. 25.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-pol itica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacaoinclusiva&category_slug=de zembro-2008-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2025.

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE nº 456 de 01/06/2016. Fortaleza: CEE, 2016. Disponível em: < https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=326829>. Acesso em: 20 jan. 25.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca-Espanha, 1994.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. Resolução CONSUNI/UNILAB nº 55, de 16 de dezembro de 2021. Aprova e institui a Política de Inclusão e Acessibilidade na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção: UNILAB, 2021. Disponível em: https://UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2021/12/Resolucao-Consuni-UNILAB-no-55-de-16-de-dezembro-de-2021.pdf. Acesso em: 20 jan. 25.